

As fotos de alguns dos maiores empresários e executivos do País sendo levados para a carceragem da Polícia Federal têm aparecido na maioria dos treinamentos internos que tentam estancar desvios de conduta no dia a dia das corporações. No ano passado, milhares de funcionários, do baixo ao alto escalão de empresas brasileiras, tiveram de assistir a pelo menos uma palestra sobre como combater a corrupção. Marcelo Odebrecht, ex-presidente da maior empreiteira do País, e Otávio Marques de Azevedo, da Andrade Gutierrez, apareceram em algumas delas para ilustrar o capítulo 'por que não fazer'.

Catequizar os funcionários é uma das primeiras tarefas das equipes de "compliance", o mais novo departamento de algumas das maiores companhias do País. Essa área, que já integrava a estrutura de multinacionais, é responsável por investigar e conter iniciativas fraudulentas nas empresas, especialmente no relacionamento com o poder público.

Nos últimos dois anos, o que tem se visto é uma verdadeira corrida dos grupos nacionais para criar essa estrutura internamente. Uma pesquisa da consultoria Deloitte com 103 empresas mostra que, no ano passado, 65% dos entrevistados afirmaram já ter um programa de compliance. Em 2013, o percentual era de 30%. "Para atender à demanda por esse tipo de serviço, nosso time teve um acréscimo de 50% em dois anos", diz Ronaldo Fragoso, sócio-líder de consultoria em gestão de riscos da Deloitte. A empresa tem 400 profissionais dedicados à investigação.

Dois acontecimentos estão por trás do interesse súbito das companhias por ser e parecer decentes: a Operação Lava Jato da Polícia Federal - que investiga esquema bilionário de desvio e lavagem de dinheiro envolvendo Petrobrás, empreiteiras e políticos - e a Lei Anticorrupção, em vigor desde 2014. A lei responsabiliza a empresa por atos de corrupção praticados por funcionários e fornecedores, com punições que incluem multa de até 20% do faturamento da companhia. Mas o texto indica também que as sanções podem ser amenizadas se a empresa provar que adota mecanismos para inibir a corrupção, como treinamento, investigações internas e canais de denúncia.

Se ficar comprovada a eficácia dos programas, a multa pode ser reduzida a zero, em alguns casos. "O prejuízo financeiro e de imagem é inacreditável e empresários estão começando a entender isso", diz o sócio da PwC, Jerri Ribeiro, especialista em compliance. "O aprendizado dos últimos 12 meses é de que a corrupção pode destruir uma empresa ou acabar com seus planos de crescimento."

A Petrobras sabe bem disso. No centro das investigações da Lava Jato, a empresa montou uma das maiores e mais caras estruturas de compliance de que se tem notícia no País. Cerca de 1 mil funcionários são alvo da investigação interna que já levou à demissão de 17 deles entre janeiro e setembro de 2015. Outros 61 foram suspensos e 94 receberam advertências.

As empreiteiras que caíram com a petroleira no emaranhado da Lava Jato também se viram obrigadas a criar estruturas de combate à corrupção. A Camargo Corrêa anunciou há duas semanas um programa de delação interna, para incentivar os 15 mil colaboradores e ex-funcionários a denunciarem atos ilícitos relacionados à operação da Polícia Federal. A iniciativa, batizada de Programa Interno de Incentivo à Colaboração (PIIC), é parte do acordo de leniência que a construtora firmou com o Ministério Público Federal e com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e que inclui o ressarcimento de R\$ 804 milhões. Para tocar a área de compliance, a empresa contratou, em julho do ano passado, o executivo Flávio Rímoli, ex-Embraer.

Criar um canal de denúncias, como o da Camargo, é uma das primeiras medidas adotadas pelas equipes. "O grande desafio, no entanto, é cultural", diz Shin Jae Kim, sócia do escritório Tozzini Freire responsável pela área de compliance desde 2007. "A mudança de hábito passa obrigatoriamente pela conscientização dos sócios e dos principais executivos. São eles que vão liderar esse processo."

Por isso, os especialistas em medidas anticorrupção definiram como "desastrosa" a declaração de Marcelo Odebrecht à CPI da Petrobras em setembro de 2015, quando ele chamou os delatores de "dedos-duros". Herdeiro da maior construtora do País, Marcelo disse que, em casa, quando as duas filhas brigavam, levava bronca a que denunciou e não a que fez a coisa errada. Fontes afirmam que a Odebrecht também está reforçando a área de compliance. A empresa não comentou.

Fonte: O Estado de São Paulo/[Isto É Dinheiro](#), em 08.02.2016.